

Paulo de Assunção

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo
e professor do Centro Universitário Assunção, Centro Universitário
Capital e da Universidade São Judas em São Paulo

A Escravidão nas Propriedades Jesuíticas Entre a caridade cristã e a violência

O Estado absolutista conseguiu resolver os problemas advindos da centralização do poder, quanto ao acúmulo de riquezas. Procurando manter o Estado, as monarquias utilizaram-se da doutrina mercantilista como base de sustentação da nação. As colônias eram parte integrante deste conjunto que garantia os recursos necessários para a manutenção da via mercantil e, por decorrência, da metrópole.

O açúcar, mercadoria exótica e de valor elevado, passou a entrar em Portugal em quantidades cada vez maiores durante o século XVI. A ampliação do comércio do açúcar como produto relevante para o mercado português aumentou o valor

econômico do produto, fazendo de Portugal um grande exportador e intermediário desta matéria-prima para a Europa.

A Coroa favoreceu o desenvolvimento da produção açucareira na Colônia a partir do novo direcionamento político-econômico dos governos gerais. Os incentivos começavam pela doação de terras e sesmarias, isenções dos tributos, impostos sobre o açúcar, facilidades para o comércio do produto e uma política favorável à escravidão da mão-de-obra indígena e negra.¹

O favorecimento aos jesuítas nas terras brasileiras começou logo após a instalação do governo geral, em 1549, por Tomé de Souza. A carência de alimentos fez com que os religiosos reivindicassem

e obtivessem terras para se manterem, tendo alcançado, posteriormente, outros privilégios.

É neste universo que a Companhia de Jesus se tornará proprietária de fazendas e engenhos. Em diversas propriedades espalhadas pela Colônia, os jesuítas procuraram consolidar o projeto de expansão da fé católica. Com uma produtividade significativa em algumas unidades, os colégios eram abastecidos e mercadorias eram trocadas. Para tanto, fazia-se necessária a conquista de favores reais, que posteriormente seriam acrescidos das doações dos fiéis.

A justificativa para a conquista destas regalias era a necessidade de dar impulso à doutrinação indígena e pôr em execução o projeto colonial, do qual o inaciano era a mola propulsora. Para realizar o seu intento, o rei d. João III expediu mandados de subsídios para os jesuítas, e em 1550 enviou mandado ao almoxarife dos armazéns, ordenando pagar para sustento do padre Manuel da Nóbrega e de cinco companheiros “dois mil e quatrocentos reis, por um quintal e vinte e cinco arráteis e quarta de ferro, a dois mil reis o quintal”,² sendo a razão de quatrocentos réis para cada um dos religiosos, ao mês. A garantia de subsistência foi mantida e ampliada, bem como a diversidade de bens fornecidos. No mesmo ano o governador Tomé de Souza concedia a sesmaria da Água dos Meninos para sustento dos missionários.³

Em 16 de janeiro de 1551 eram pagos

“seis alqueires de farinha pela medida da terra, e doze canadas de vinagre e seis canadas de azeite pela medida do reino”.⁴ Esta ação só seria efetivada em agosto, com determinação expressa para seu cumprimento, feita pelo governador Tomé de Souza.⁵ Nem só de alimentos necessitavam os jesuítas. Faltavam-lhes vestimentas, e o rei, zeloso, na mesma carta de janeiro de 1551, ordenou que fossem pagos “cinquenta e seis mil réis, em dinheiro, para a vestimenta de dez padres” da região de São Vicente.⁶

Os jesuítas, pouco a pouco, recebiam favorecimentos que auxiliavam no sustento dos religiosos e de suas atividades, no âmbito da educação e da catequização. A posse de bens, terras ou outras regalias exigia um sistema de controle rígido para que as conquistas fossem preservadas.

Os jesuítas revelam nos seus escritos uma acuidade muito grande com relação aos engenhos. Registravam com detalhes a quantidade das produções, o açúcar obtido, as dívidas pendentes, as dívidas pagas, os comerciantes com os quais faziam negócios, os mercadores que transportavam produtos para Portugal. Inventariavam os escravos que produziam, os adquiridos, os vendidos ou mortos e os produtos consumidos.

A prática jesuítica aproximava-se dos interesses da colonização e tinha objetivo particular; segundo observou José Carlos Meihy, estas atitudes assumidas pela Companhia de Jesus, no Brasil, na fase

inicial da colonização,

aliadas, ao ensino, ao controle das consciências, ao amparo dos índios, acabavam identificando a Companhia com os interesses portugueses. Contudo, outra realidade se apresentava junto a esta: o desenvolvimento de uma política de interesses próprios da ordem que, imperceptivelmente, distanciava os interesses nacionais, metropolitanos, dos particulares, universais e jesuíticos.⁷

A posse de terras foi o primeiro passo para a integração no universo colonial. Tal como a Coroa portuguesa, os interesses temporais dos inicianos se voltaram para a atividade agrícola.

Este interesse dirigiu-se para aspectos precisos, como o da construção das primeiras residências e colégios. Manuel da Nóbrega escreveu ao padre Miguel de Torres, no ano de 1556, preocupado com a construção de casas e confrarias para os meninos órfãos de Lisboa,⁸ revelando uma atenção especial para “fazer-lhes casa; e pedir terras ao governador”, que lhe agraciou com as terras e “alguns escravos d’el-rei e umas vacas para criação”.⁹

A administração das propriedades valeu-se dos princípios normativos que davam organização à ordem. A constituição de um conjunto de administradores, para as propriedades, revela que no bojo da formação jesuítica existia um preparo quanto ao controle da contabilidade que auxiliava em muito na gestão dos colégios

e residências, e uma habilidade para a gestão da propriedade que envolvia o preparo para trabalhar com unidades produtivas, marcadas pela utilização da mão-de-obra escrava.

A propriedade de terra não era o bastante para o desenvolvimento de atividade econômica. A mão-de-obra escrava, largamente utilizada desde a Idade Média, foi o meio utilizado para atender ao sistema econômico, garantindo o abastecimento do mercado consumidor europeu.¹⁰ Sua utilização era fundamental para o universo da vida colonial e, por decorrência, para as atividades dos religiosos.

O escravo era imprescindível em todas as etapas da produção açucareira. Durante o período de safra, o trabalho era ininterrupto e exigia muito dos escravos que trabalhavam em torno de dezoito horas por dia, no decorrer de oito ou nove meses. A labuta iniciava com o preparo dos campos, o plantio, a monda da lavoura e o corte da cana que era transportada para o engenho em carros de boi ou em barcos, dependendo da localização do engenho. A cana processada na moenda ia para as caldeiras da casa de purgar, que deveria estar aparelhada pelos escravos com lenha suficiente para a purificação. A força de trabalho escravo era vital nos serviços de manutenção da propriedade, nas atividades domésticas, nos carregamentos etc.¹¹

A obra do jesuíta, padre Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no gover-*

no dos escravos, tratou do tema da escravidão como um dado natural na cultura ocidental. Defendendo um tratamento mais humanitário para o escravo, o padre Benci entendia que todos os senhores deveriam agir com caridade cristã, tendo em mente que havia uma reciprocidade de deveres na relação de senhores e escravos. Se a riqueza dos senhores era construída por braços negros, nada mais justo que os senhores arcassem com um sustento adequado para os escravos, cuidando da sua alimentação, saúde e vestuário. Contudo, como os bens materiais eram efêmeros, fazia-se necessário alimentar o espírito em conformidade com a doutrina cristã, os santos sacramentos e os exemplos pios, que incluíam guardar os dias santos e os domingos, pois isto era uma obrigação moral de qualquer senhor de engenho.

Este comportamento benevolente ou cristão, para com a escravaria, não excluía a aplicação de penas de acordo com o crime cometido, que deveriam ficar restritas a açoites moderados e prisões, sem maiores opressões para os sujeitados. Condenava o religioso os vários tipos de castigos corporais a que os senhores de engenho submetiam os negros, tais como lançá-los vivos nas fornalhas.¹²

Outro padre jesuíta, o padre João Antônio Andreoni (Antonil), em sua obra reforçou a conveniência de um tratamento cristão para com os escravos, pois “estes são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não

é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”.¹³ Salientava que os resultados da produção dependiam de como os escravos eram tratados, e que os senhores de engenho deveriam estar preocupados com a salvação deles, que praticamente não recebiam nenhum dos sacramentos. No que dizia respeito ao sustento e à vestimenta, defendia que a alimentação fosse suficiente, inclusive na doença, e que o corpo deveria ser agasalhado de forma decente para que os negros não andassem nus pelas ruas. Era conveniente que o ritmo do trabalho seguisse a moderação e que não excedesse às forças humanas; segundo ele, os moradores costumavam dizer que para o escravo eram necessários:

Três PPP, a saber, pau, pão e pano. E que posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado.

As punições violentas, com açoites e a marcação no rosto com ferro em brasa não eram adequadas, pois o escravo se

revoltava, fugindo para o mato, podendo ainda cometer suicídio ou matar aqueles que os oprimiam. Desta forma, entendia que o castigo poderia existir de forma branda e que a culpa do delituoso fosse verificada para não se punir inocentes. Aos culpados era dado o tratamento de açoites moderados, ou então os escravos ficavam acorrentados por algum tempo no tronco.¹⁴

Estes questionamentos e observações eram advindos das práticas dos engenhos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, demonstrando que o trato com o escravo era rotineiro e requeria habilidades.¹⁵ Como observou Nicholas Cushner, os jesuítas da Argentina, México, Peru e Brasil participaram ativamente na compra de escravos. O autor enfatiza que em nenhum momento os religiosos questionaram a legitimidade da escravidão; na realidade, eles a aceitaram como um fato dentro dos seus negócios:

As visões contemporâneas sobre a natureza orgânica da sociedade deram a cada camada ou classe um papel pré-definido que não era para ser perturbado por rebeliões ou mesmo questionado. Os dois jesuítas brasileiros do século dezesseis, que se pronunciaram publicamente contra os demônios da instituição, foram sumariamente enviados de volta para Portugal, e o argumento de que os escravos eram necessários para manter as missões e as residências ganhou vulto. Além do argu-

mento do ponto de vista da natureza orgânica da sociedade, havia uma razão muito pragmática para se defender a escravidão – o instituto burocrático da sobrevivência.¹⁶

Rui Teixeira, administrador do engenho do conde de Linhares, nos idos de 1589, reclamava ao conde que o engenho ia “falta de cobre e de gente”. Para suprir esta deficiência, o administrador pretendia aprisionar índios, mas o governador proibia tal prática, por causa dos padres da companhia. Esta condição redundava em críticas aos jesuítas, afirmando:

o bom fora alarga-lhes as fazendas e a terra que a cultivassem, pois eles só são senhores dela se dos índios que com (...) ferros os servem e são mais seus cativos que escravos de Guiné, e assim não há hoje quem possa ver por seu resgate.¹⁷

Este mesmo engenho, anos mais tarde, pertenceria à Companhia de Jesus que, a partir daí, enfrentaria o problema da administração da propriedade.

No ano de 1634, Manuel de Oliveira registrava as dificuldades com o trabalho do engenho o qual estava “em doenças de sarampo, ‘camaras’, pontadas, ‘priorizes’, e outras doenças agudas de (que) tem falecido muito número de gente”.¹⁸ As epidemias comprometiam a atividade produtiva, forçando os religiosos a dividirem o seu tempo entre os doentes e a administração da produção, tarefa nem sempre fácil de ser empreendida e com gastos significativos na compra de

mezinhas para a cura dos doentes.

A mão-de-obra escrava era fundamental, sem ela o modelo produtivo não vingaria nem auferiria a lucratividade desejada. O padre Francisco de Matos, ao receber algumas cartas que insinuavam ser mais conveniente e acertado valerem-se os inacianos do trabalho dos índios, do que dos negros, responde à missiva discordando, dizendo ser erro manifesto: “por que os índios não são para aturar o trabalho, como os negros, por serem de natureza mais débil que eles, o que tem mostrado a experiência”.¹⁹ Em setembro de 1733, o padre Luís Veloso escrevia ao padre Simão Esteves pedindo sucessor, alertando ser conveniente que o novo religioso fosse muito virtuoso e diligente, pois estava o engenho arruinado. A casa de negros necessitava de reparos, “que por serem muito limitadas e nada arejadas, são nocivas à saúde, e sempre há doentes”; em seguida, o religioso fazia uma observação lúcida: “não basta fazer muito açúcar; o conservar a fazenda é o melhor modo para se ter açúcar”. Lembrava que o sucessor deveria ser mais casamenteiro, a fim de evitar mancebias, dando incentivo à concepção, pois as crianças seriam futuramente benéficas para o engenho, como força de trabalho.²⁰

Pelos relatos, verifica-se que os escravos não se dedicavam somente às atividades de lavoura; quando solicitados, dedicavam-se à pesca em lanchas para suprir as carências das propriedades. Isto re-

mete à indignação do padre Manuel de Figueiredo quando escreveu ao padre Bento de Oliveira, em setembro de 1713, relatando os grandes danos que os piratas franceses causaram na região dos Ilhéus, inclusive ao engenho, pois apanharam uma lancha que tinha saído a pescar com sete negros.²¹

A compra e venda de escravos faziam parte das práticas necessárias para a produção, bem como o trato com os escravos, tarefa árdua e difícil de ser executada. No ano de 1731, o padre Pedro Teixeira fazia queixas em relação a Antônio Jorge, ao padre Simão Esteves, por causa do descuido daquele com os negócios. Dizia que enviara um negro preso para ser vendido e o mesmo não tinha dado a mínima atenção, pois, circulava com o escravo solto pela Bahia, com grande perigo dele fugir e perdê-lo.²²

Em 8 de junho de 1735, o irmão Mateus de Souza, escrevendo de Santana dos Ilhéus ao padre Gaspar Esteves sobre a chegada do padre Antônio Fernandes, noticiava que apesar de uma febre, já estava bem. Saúde e paciência eram desejáveis “para saber levar, pois é gente sem razão, sem amor e sem temor de Deus; alguns, por bem, com brandura alguma coisa fazem, outros querem ser levados com rigor”. Através do registro ao padre Gaspar Esteves observamos problemas quanto à falta de mão-de-obra a respeito do engenho de Ilhéus:

fica muito falto de gente o padre Pedro Teixeira, em todo o tempo que aqui es-

teve não comprou negro nenhum, alguns morreram, outros são velhos incapazes de servir e desterrou outros e vendeu para o Sergipe, e está o engenho muito falto de gente.²³

O padre Antônio Fernandes, de Ilhéus escrevia, em 1737, discutindo acerca dos problemas da transferência de negros de um engenho para outro, cogitando sobre a possibilidade de fuga, advertindo ao superior: “saiba que o Brasil não é esses reinos que aonde quer se dá com um fugido, cá sucede em muitas vezes comerem da mesma casa, e andarem fugidos muitos anos”.²⁴ A extensão das terras coloniais e a frouxidão na perseguição dos escravos levavam a ponderar sobre qual seria o menor risco ou prejuízo para os engenhos.

A mão-de-obra requeria cuidados especiais na sua aquisição, pois da qualidade do escravo dependia a produção. A preocupação com a manutenção e o trato da escravaria era uma constante, pois as doenças, a rebeldia e as fugas faziam parte do cotidiano da atividade do administrador. Trabalho sem dúvida difícil, num contexto em que os castigos corporais eram o meio mais utilizado contra as rebeldias dos escravos; convencer o negro a trabalhar desta forma ia diretamente de encontro aos preceitos da caridade cristã. Os engenhos possuíam uma quantidade significativa de escravos adquirida pouco a pouco.

As transações de escravos foram uma constante para aqueles que tinham a in-

cumbência de administrar os engenhos. Os escravos eram comprados e recebidos por doação, sendo responsáveis pela produção da doce mercadoria e dos afazeres domésticos. Por meio das transações internas dos colégios, os escravos eram algumas vezes encomendados aos padres dos colégios das ilhas do Atlântico e da África.²⁵ Os registros sobre a circulação de produtos dos jesuítas, nas alfândegas das ilhas de Cabo Verde, fornecem informações da constante remessa de negros para a América portuguesa. Os pedidos em alguns casos eram informados ao superior, como o faz o padre Luís da Rocha ao padre Gaspar Esteves, em 1739, ao comunicar que mandara vir “uns escravos de Angola para este engenho por virem mais em conta”. A negociação fora complexa, uma vez que, para a compra dos escravos, o religioso enviara canadas²⁶ de aguardente, de cujo produto haviam remetido dois moleques que foram vendidos a um lavrador do engenho de Sergipe do Conde, por duzentos mil réis, o qual se comprometeu a pagar o valor em açúcar. Feito o pagamento e descontados os gastos com despachos e fretes, ficaram para o padre Luís da Rocha, cento e cinco mil réis em açúcar, os quais remeteu para Portugal, parte dele para ser entregue ao padre boticário de Coimbra, Francisco da Costa, referente a dívidas que contraíra.²⁷

Brás da Silva, no ano de 1613, ciente de que os superiores desejavam embarcações carregadas de açúcar, registrava o

seu pesar quando os navios não seguiam com o produto desejado:

se Vossa Realeza estivera cá destas partes o desculpava, vendo o pouco que se faz com a ruim safra por haver muito pouca cana, e as grandes calmas que o ano passado fez que ficando as canas todas assadas, e entendo que também para esta safra que se segue.

Tal situação, que comprometia a safra atual com baixa produtividade, impedia o de “comprar negros para poder fornecer as fazendas que se compravam e quererá Deus ajudar-nos para podermos remediar tudo”.²⁸ Alguns registros também informavam que havia a elaboração de listas nominais com o registro do número de escravos da propriedade. Pode-se também depreender que havia a elaboração regular de relatórios/inventários gerais que detalhavam os bens e as terras pertencentes ao colégio, normalmente enviados ao padre provincial na mudança da administração, dando notícias sobre as condições em que se encontravam, como os bens fixos, o número de escravos, caixas de açúcar, cabeças de gado etc.

A falta de mão-de-obra, dentro de um modelo produtivo escravista, comprometia a produção. Manuel da Costa, em correspondência para o padre reitor, de 8 de julho de 1659, informava o envio de vinte caixas de açúcar e alertava para os problemas gerados com a morte de escravos, pois os engenhos tinham grande

premência deles, uma vez que das poucas peças

que tinha no ano de cinqüenta e oito, lhe morreram 13 ou 14 peças – verdade é que a metade delas não serviam uns por velhos e outros muito pequeninos, ainda que nos morreram alguns que nos fazem grande falta mas isto não é nada para o que nos dizem que são mortos em Sergipe, depois que os padres da Bahia estão nele.

A falta de mão-de-obra levava Manuel da Costa a solicitar ao reitor que interviesse “por via de Angola, que era grande negócio, não faltando ao provimento do engenho que esse está primeiro, porque os açúcares vendidos cá não tem muita conta”.²⁹ Desejava assim que o reitor auxiliasse na compra de escravos, por meio do Colégio de Angola, bem como provesse o engenho com o que era necessário, a fim de evitar os gastos excessivos, prática comum nas transações entre colégios e unidades jesuíticas.

Com pesar, o irmão Mateus de Souza, em 1731, registrava que o engenho estava muito falto de escravos, pela morte de alguns, e outros já estavam muito velhos e não podiam trabalhar como antes. Aliado a este problema, ainda havia a dificuldade de as crianças chegarem à fase adulta: “tem nascido muitos crioulinhos, mas também morrem muitos e custam muito a criar”.³⁰ Os problemas com escravos seguiam as mesmas vicissitudes da vida colonial. O próprio Mateus de Souza declarava, em julho de 1733, duas

crioulas irmãs enviadas pelo padre Pedro Teixeira:

...uma por nome Cristina, mãe de uma rapariga que fica presa no tronco, porque brigando com seu marido (...) pegou em num cutelo e deu lhe uma tão desastrada facada pelo peito esquerdo que dentro de meia hora morreu, sem se poder confessar; a outra, por nome Marcelina, são culpadas em se acharem presentes na ocasião da morte, e isto é bastante causa para o castigo e desterro que o reverendo padre superior manda fazer lá, o julgue Vossa Realeza que nisso me não meto só. Peço a Vossa Realeza ponha os olhos nesta fazenda, que tão bem pertence à Igreja de Santo Antão, e não consinta que se vendam nem se dê fraude tanto de gente esta fazenda, que não há por onde puxar, pois a dita Cristina, e muito serviçal e negra dito serviço, e a Marcelina a moenda lhe levou um braço e ainda assim sem ele se sustenta, assim e quando mói engenho faz o ofício de caxumba, a rapariga que matou o marido ainda não tem os 18 anos de idade, também é boa serviçal e sadia. Se Vossa Realeza quiser puxar por ela para lá poderá ser de proveito a esse engenho, que na verdade são crias que sempre são melhores que os comprados, eram muito bem casados – o marido brigou com ela por ciúmes e desconfiança que teve o padre superior, e muito áspero e rigoroso e demasiadamente suspeito e assim sentenciou estas negras sem querer ouvir

uma só palavra em sua defesa. Vossa Realeza (...) piedoso e bom conhecimento e experiência tem desta gente e assim fará o que julgar mais (...) para o serviço de Deus e bem destas fazendas fica se preparando o engenho, para cortar e moer dia de santo Inácio, não serve mais. Peço a santa benção de Vossa Realeza.³¹

Os problemas de brigas entre escravos constavam, com freqüência, nos registros da época. A violência na senzala, altamente indesejável, fazia que penas mais duras contra os delituosos fossem adotadas pelos religiosos, pouco afeitos ao comportamento dos trópicos. Entretanto, a produção era o foco de interesse comum que poderia relevar os pequenos delitos, em favor da garantia da mão-de-obra para o engenho. Tal fato leva a questionar a eloqüência com que Serafim Leite defendia as propriedades, ao afirmar que “as fazendas dos jesuítas eram o paraíso dos escravos”.³²

Pelos relatos dos jesuítas, muitos sacerdotes não davam a atenção devida à vida espiritual dos escravos dentro dos preceitos cristãos. Envolvidos com a produção, assoberbados com o controle da propriedade e o despacho do açúcar, alguns religiosos se descuidaram dos batismos, casamentos e das missas, fato que foi condenado. Deve-se considerar também a resistência dos escravos na participação dos cultos religiosos.

Apesar das dificuldades, as festas marianas,³³ a festa dos apóstolos, a Pás-

coa, o Natal, a Epifania e a festa em louvor a São Francisco Xavier³⁴ eram celebradas normalmente no engenho de Sergipe do Conde e com variações nas outras propriedades. A possível incompatibilidade entre o calendário religioso e o fluxo de produção, uma crítica comum dos eclesiásticos aos senhores de engenho, foi alvo de preocupação dos padres superiores que orientaram os administradores das unidades produtivas na observância dos dias religiosos, bem como no guardar o domingo, já no final do século XVII.³⁵

Em resposta a uma carta do superior, em 4 de janeiro de 1648, o padre Francisco Carneiro evidenciava que recebera determinação para ter com os criados e escravos do engenho e das fazendas, cuidado para que fossem tratados no comer e modo de trabalhar “com piedade e prudência”. Dizia o padre Francisco

que estes meses atrasados houve algum aperto em matéria de comer para com os negros de serviço do engenho e do colégio, não foi possível outra coisa, por causa do inimigo que nos teve de cerco, e todos experimentamos este aperto, mas não foi tal, que houvesse demasiado excesso.

Em sua defesa, o religioso mostrava a situação da fazenda e engenho do Colégio de Santo Antônio, não duvidando que lá também não houvesse demasiado aperto no comer e no trabalho dos escravos, porque como a fazenda fora arrendada a secular e postos os escravos

em seu poder, os mesmos vinham experimentando os excessos e os rigores que “os senhores no Brasil tratam seus escravos, e disto tenho já ouvido algumas queixas, mas não está em minhas mãos emendá-las”.³⁶

Durante a administração do padre Manuel de Figueiredo, no engenho de Santana dos Ilhéus, na primeira metade do século XVIII, não houve estímulo ao casamento de escravos, contando com grande número de escravos solteiros, o que permitia a mancebia, diminuindo desta forma os nascimentos e, portanto, a possibilidade de aumento da mão-de-obra da propriedade. Esta situação foi observada pelos administradores seguintes, como os padres Pedro Teixeira, João Cortes e Jerônimo da Gama, que elaboraram relatórios defendendo a conveniência de formar famílias com base no matrimônio. O padre Pedro Teixeira, em 1731, registrara um cenário inadmissível para uma propriedade da companhia. Os escravos eram mal doutrinados “ladrões desavergonhados (e especialmente as mulheres)”, não tinham nenhum respeito ou temor a Deus. Naquela propriedade não se trancavam as casas dos escravos, o que permitia fugas durante a noite e grandes desordens. O jesuíta procurou emendá-los, valendo-se de “uma formosa surra de açoites”.³⁷ Apesar dos esforços do religioso, a insubordinação dos escravos continuou.

Em 20 de setembro de 1753, o padre Jerônimo da Gama descreveu a condição

da estrutura familiar dos escravos. Espantava-se com o fato de a maioria dos cativos não ser casada, as uniões serem instáveis e prevalecer a mancebia, o que causava uma baixa taxa de natalidade, e por decorrência, a falta de braços para o trabalho.³⁸ Alguns padres não se preocuparam em emendar o comportamento lascivo dos negros, preferindo tolerar essa situação, a fim de evitar as fugas. Esta falta de atenção foi observada pelo olhar atento de outros padres, para os quais a não realização de casamento era um grave problema, pois com isto os engenhos sofriam a falta de mão-de-obra, implicando na inflação do preço do negro. Era preciso incentivar os casamentos e a sua decorrente procriação. Com certeza, estas práticas poderiam minimizar os problemas, mas os padres esqueciam-se de que muitos filhos de escravos não conseguiam vingar, por causa das doenças e da alimentação débil e, em muitos casos, as escravas optavam pelo aborto como uma forma de protestar contra as condições em que viviam.

O padre Miguel da Costa, ao escrever do Colégio da Bahia, em 10 de agosto de 1736, informava que o padre Luís Veloso já estava velho e faltavam-lhe forças para o trato do engenho, sendo conveniente que o padre Luís Rocha fosse indicado para o cargo, ficando o padre Veloso, no engenho, pois “com o seu conselho e direção (...) poder a tudo advertir ao padre Rocha”. Apesar deste comportamento rígido para com os escravos, o padre

Miguel da Costa reconhecia ser o padre Rocha “zeloso da fazenda e tem muito propósito e capacidade para a governar; pelo tempo adiante será um grande fazendeiro e senhor de engenho”. O padre Costa lembrava ao padre Gaspar Fernandes que o padre Luís da Rocha, “como moço, tem muito fogo para governar escravos, e tem feito alguns excessos com eles, já o adverti neste ponto, indo visitar o engenho, e me prometeu que havia de moderar”. O motivo desta conduta, conforme confessara o próprio Luís da Rocha, era para que os “negros lhe cobrassem medo e respeito, e não procedessem com ele na mesma forma em que os achou com o padre Veloso”.³⁹ Conforme a narrativa de um jesuíta do engenho de Santana, para dirigir uma propriedade escravista, as palavras não bastavam, os pés eram necessários, e ele andava “de contínuo com o diabo na boca e o pau nas costas dos pobres”.⁴⁰

Governando o engenho com pulso firme, o padre Rocha reestruturou a propriedade adequando-a à nova realidade, não alterando os seus métodos de administração. No mesmo ano, escrevia dizendo que despedira os feitores para diminuir os gastos com pagamentos de soldos. E em seus lugares tinha colocado alguns “negros de mais capacidade, porque os feitores brancos, quando são fiéis só servem quando lá se não pode ir”, e isto era necessário na época do padre Veloso. Como ele gozava de boa saúde e visitava de três em três dias as fazendas,

o controle era maior, facultando-lhe punir aqueles que tinham faltado com a obrigação, “o que não posso fazer aos brancos”.⁴¹

As condições de trabalho a que eram submetidos e o tratamento que recebiam permitiram que fugas e levantes de negros também ocorressem nas propriedades jesuíticas. O caixeiro Manuel João Viana, em carta datada de 25 de abril de 1742, dava conta ao padre superior, Francisco da Guerra, sobre o levante de cinqüenta negros ocorrido no engenho do Conde, que felizmente fora controlado. O ato de contenção do levante resultou na prisão de alguns escravos no engenho e outros na cidade da Bahia, com “correntes e grilhões, e se açoitaram todos muito bem”.⁴² A violência que marcou o episódio deve ter gerado polêmicas e críticas quanto aos excessos de Manuel João Viana, pois ele, em 26 de abril, escrevia temeroso ao padre Francisco da Guerra, advertindo-o que se caso chegassem cartas acusando-o de alguma coisa, não desse atenção: “peço a respeito dos negros não se fie no que disserem várias cartas, só sim no que escrever o reverendo padre Rafael Machado, que eu e ele é que temos acomodado tudo a bem dela”.⁴³ Ao que tudo indica, nem todos os religiosos concordaram com os discursos eloqüentes sobre o tratamento dos escravos. A prática demonstrou que muitos assumiram de fato o papel de senhores de engenho, tendo em vista a resultados positivos e boa produ-

ção, empregando, por vezes, mecanismos de convencimento pouco brandos.⁴⁴

A rebeldia e fuga dos escravos não ocorriam só por causa das condições de trabalho, mas também devido ao rompimento de relações maritais dos escravos. O padre Luís da Rocha, na sua conturbada gestão do engenho da Petinga, vendera, nos idos de 1745, uma escrava para um lavrador de canas, vizinho da propriedade. O companheiro da escrava, revoltado com a negociação, fugiu para se encontrar com a mulher, recusando-se a retornar ao engenho.⁴⁵

Em 1750, o padre Tomás da Costa narrava o triste episódio que acontecera com o irmão Francisco Silva. Este religioso chegara muito ferido, ao colégio, no dia anterior, primeiro de junho, vindo do engenho de Santana de Ilhéus, por ter sido golpeado por um negro com duas facadas. A primeira foi por detrás a cortar-lhe o pescoço, mas Deus agira desviando o golpe. A segunda facada fora mais cruel e provocara ferimento grave – “caindo o irmão por terra, o negro lançou-se sobre ele para acabá-lo, teve ânimo e fortuna o irmão, de lhe pegar nas mãos, e subster (sic) os mais golpes até chegar um negro velho, com cuja vista fugiu o excomungado negro”. Tudo isto ocorrera na cozinha e na sala sem a presença de testemunhas.

No mesmo ano, o padre Jerônimo da Gama, administrando o engenho de Santana dos Ilhéus, reclamava aos seus superiores que com o passar do tempo

ia ficando mais contrariado, pois a insubordinação dos escravos era tamanha que não tinha como atalhar o comportamento rebelde de muitos deles. A despeito do engenho possuir muitos negros, eles negavam-se a trabalhar por mais de cinco horas no dia, mesmo após o padre argüir que as condições e o trabalho dos escravos de outras fazendas eram muito piores, elementos esses que justificavam as punições, marcadas por violência.

Em 1753, o padre Jerônimo da Gama registrava que os mesmos vícios e parte deles derivava do fato das habitações dos escravos estarem fora do controle dos superiores; além disso, algumas práticas como as das escravas não trabalharem quando estavam menstruadas, e a de desejarem mantimentos de forma abusiva, eram hábitos enraizados numa terra contaminada por vícios.⁴⁶ Em uma carta escrita em 13 de junho de 1753, o jesuíta traçava a sua atuação no engenho e os problemas que enfrentava na administração. Dizia que visitava a senzala duas ou três vezes por dia, para os lançar fora da casa e ver os que estavam ou se faziam doentes. O descuido dos negros não era só para com as tarefas produtivas. Segundo ele, os negros eram negligentes com o serviço de Deus, argumentando que o terço aos sábados e missa às segundas-feiras não eram de obrigação, e somente “à força de gritarias minhas, de persuasões e alegações com as ordens dos superiores, os mais deles assistem a tudo”. Desolado, o mis-

sionário dizia sofrer por necessidade, “não procedendo ao castigo para evitar a fuga dos escravos”, pois quando repreendidos, a resposta deles era apontar para o ventre, dizendo: “da barriga puxa o boi; dando a entender, que eu lhes não dou sustento”, motivo que também utilizavam para saírem do serviço. Impotente, fechava sua missiva, afirmando “já não me atrevo com tais escravos! Queiram regular-se pelo passado e não atendem ao presente, o mais lastimoso. Meus pecados são a causa de eu vir para tal engenho”.⁴⁷ Ficava evidente a má administração e gestão de seus antecessores, com liberdades demasiadas e desvios inconvenientes, difíceis de serem retificados por meio da violência dos castigos.⁴⁸

O tratamento que alguns padres dispensaram aos escravos, sem dúvida não era comum na vida colonial. Nos registros de débito, dos relatórios de prestação de contas, várias vezes são feitas menções aos gastos com a alimentação ou com o tratamento de doenças que se abatiam sobre a senzala. Dentre outros gastos destacavam-se a grande quantidade de tecidos de algodão e outras variedades mais rústicas que eram compradas para a vestimenta dos negros. Nos livros de contas e nas cartas são várias as referências do envio e pagamento de verônicas as quais eram utilizadas como mimos para “contentar os escravos, para os animar a mais puxarem pelo serviço, que agora com os novos canaviais não falta”.⁴⁹

O padre Jerônimo da Gama, ao descrever a situação deplorável em que se encontrava o engenho de Santana, em 1752, dizia que cuidava dos escravos enfermos da forma que era possível. Segundo o religioso, os doentes, com qualquer dor de cabeça, pediam por sustento especial e ele muito fazia para dar “uma galinha comprada para o dia de purga”, e prover com peixe fresco diariamente, mantendo quatro pescadores no rio. Outro costume que tentava emendar era aquele das escravas menstruadas não ouvirem missa nem irem ao serviço, prática que não existia em parte alguma. Normalmente proibiam-se a escrava de andar na água, mas naquela propriedade se negavam a fiar e passavam duas ou três semanas deitadas. Quando pariam não se contentavam com “uma galinha, duas pedem por ser costume”, além de demandarem por “vinho para dar as crianças quando nascem; alhos, cebolas, azeite doce, cominhos, e me causam riso ver as petições”. O atrevimento dos maridos das escravas era tamanho, segundo ele, pois “me vem descompor a esta casa, porque não lhes dou, quanto pedem, porque julgo não ser necessário, e nunca tal vi em tanto mundo”. Estes hábitos nocivos, fruto de administrações pouco zelosas, promoveram o caos, uma vez que o tempo de serviço não chegava “a cinco horas no dia e muito menos, quando o serviço é longe; a multidão é o que faz alguma coisa, como o formigueiro”.

Em suma, podemos observar que os en-

genhos e as fazendas permitiram que os religiosos gozassem de privilégios reais, sociais e políticos que a atividade envolvia, o que significa dizer que a administração da empresa açucareira e outras atividades era operada seguindo a necessidade de lucro, o controle das perdas e um olhar atento para as alterações de mercado. Envolvidos, por exemplo, com a produção de açúcar, os religiosos foram forçados ao relacionamento com os produtores, lavradores, escravos e comerciantes coloniais, adotando práticas administrativas similares àquelas empreendidas pelos grandes senhores de engenho. Este comportamento é esboçado nos registros, onde são demonstradas as preocupações com a produção, em especial com o trato da escravaria.

A escravidão dos negros foi vista pela maioria dos religiosos como algo necessário para o bom funcionamento da sociedade colonial e da conquista portuguesa na América. No plano teórico, a defesa de uma postura mais humanitária para com o escravo era delineada de forma precisa e idealizada, pelos jesuítas, em função dos preceitos da caridade humana e da doutrina cristã. Na prática, a realidade era outra. Os senhores de engenho, envolvidos com os interesses da produção, esqueciam-se das orientações da fraternidade cristã. A punição e a violência eram os meios utilizados por estes para realizar o controle social e forçar os escravos ao trabalho. A violência auxiliava na pedagogia do medo que re-

gulava as relações entre o proprietário e os escravos.

Nem todos os jesuítas, ao administrarem as propriedades da instituição, souberam colocar em prática uma postura humanitária pregada pelos seus pares. O ambiente hostil dos engenhos, a relação de

dominação estabelecida pelo sistema colonial, nas suas diversas esferas, e a utilização de mecanismos de punição como algo natural permitiram que os religiosos agissem de forma violenta no trato com a escravaria, comportamento justificado por muitos como necessário para garantir a produção.

N O T A S

1. Vera L. Amaral Ferlini, "Pobres do açúcar: estrutura produtiva e relações de poder no nordeste colonial", Tamás Szmrecsányi (org.), *História econômica do período colonial*, São Paulo, 1996, pp. 21-34.
2. Serafim Leite, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, v. 1, São Paulo, Comissão do IV Cente-

nário da cidade de São Paulo, 1954, p. 167.

3. Ver a carta régia ao governador Mem de Sá mandando confirmar todas as terras doadas aos colégios da Companhia de Jesus no Brasil, de 11 de novembro de 1567; Serafim Leite, op. cit., v. 4, p. 420.
4. Serafim Leite, op. cit., v. 1, pp. 212-213.
5. Serafim Leite, op. cit., v.1, p. 265.
6. Serafim Leite, op. cit., v. 1, p. 297. Sobre as terras que pertenceram ao irmão Pero Correia e posteriormente foram incorporadas ao Colégio de São Vicente, ver Serafim Leite, "Confirmação das terras que Pero Correia deu à Casa da Companhia da Ilha de São Vicente: 1542-1553", *História da Companhia de Jesus*, v. 1, pp. 541-542.
7. José Carlos S. B. Meihy, *A presença do Brasil na Companhia de Jesus: 1549-1649*, tese de doutorado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975, p. 76.
8. Manuel da Nóbrega refere-se aos sete meninos órfãos de Lisboa, que chegaram em janeiro de 1550, com os padres da Companhia de Jesus.
9. Manuel da Nóbrega se refere aqui a Tomé de Sousa. Ver Serafim Leite, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, v. 1, 1954, p. 280.
10. Vera Lúcia A. Ferlini, *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*, tese de doutorado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986, pp. 1-9.
11. A casa de purgar, segundo a descrição de Antonil, era separada do edifício do engenho, sendo a do engenho de Sergipe do Conde a melhor do recôncavo, "fabricada de pedra e cal e emadeirada com paus de maçaranduba e coberta com todo o asseio de telhas, de comprimento de quatrocentos e quarenta e seis palmos e oitenta e seis de largura, dividida em três carreiras de andainas, com vinte e seis pilares de tijolo no meio, altos quinze palmos e meio, e largos quatro, para sustentarem o teto, que assenta ao redor sobre paredes largas e fortes". Ver André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1982, p. 128.
12. Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, Porto, s. e., 1954, p. 139.
13. André João Antonil, op. cit., p. 89.
14. André João Antonil, op. cit., pp. 91-92.
15. Na América espanhola, os jesuítas da região de Córdoba e Assunção, no início do século XVII, se posicionaram contra a utilização de mão-de-obra ameríndia nos ranchos e fazendas dos espanhóis, os quais se defenderam alegando que sem esta força de trabalho não era possível o cultivo das terras e acusavam os religiosos de agir "hypocritically because the fathers retained all the labor they needed in the reductions while denying the same to the lay farmer or rancher". Ver Nicholas Cushner, *Jesuit ranches and the agrarian development of colonial Argentina: 1650-1767*, Albany, University of New York Press, 1983, p. 20.
16. *Ibidem*, p. 100.
17. Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT). Cartório jesuítico, maço 8, doc. n. 28.
18. IANTT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 78.
19. Biblioteca da Ajuda, (BA). Cota-50-V-37, ff. 242-243.
20. IANTT. Cartório jesuítico, maço 70, doc. n. 428.
21. IANTT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 97.

- 22.IANNT. Cartório jesuítico, maço 96, doc. n. 352.
- 23.IANNT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 107.
- 24.IANNT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 141 (cópia); ver também n. 142.
- 25.A compra de escravos normalmente foi justificada em Portugal como necessária para manter as atividades temporais das propriedades jesuíticas e não tinha intento comercial. Ver sobre o assunto Dauril Alden, *The making an enterprise: the society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond 1540-1750*, California, Stanford University Press, 1966, p. 545.
- 26.Unidade de medida que corresponde a um litro e quatro decilitros.
- 27.IANNT. Cartório jesuítico, maço 69, doc. n. 206.
- 28.IANNT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 77.
- 29.IANNT. Cartório jesuítico, maço 68, doc. n. 46.
- 30.IANNT. Cartório jesuítico, maço 70, doc. n. 390.
- 31.IANNT. Cartório jesuítico, maço 70, doc. n. 170.
- 32.Serafim Leite, *Fazendas e engenhos dos jesuítas*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 188.
- 33.As festas marianas obrigatórias são: Assunção, Natividade, Conceição, Purificação e Anunciação. Stuart B. Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p. 99.
- 34.A celebração de São Francisco Xavier dá-se no dia dois de dezembro.
- 35.Conforme instrução *Instructio abius qui officinam sacchaream administrant servanda*, do ano de 1699, ver Stuart B. Schwartz, op. cit., p. 101.
- 36.Arquivo Romano da Sociedade de Jesus (ARSI), 3 I Epp. Bras. (1550-1660), pp. 259-260.
- 37.IANNT. Cartório jesuítico, maço 15, doc. n. 23.
- 38.IANNT. Cartório jesuítico, maço 70, doc. n. 124.
- 39.IANNT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 132.
- 40.Apud Stuart B. Schwartz, op. cit., p. 130. Ver também Nicholas Cusnher, op. cit., p. 111.
- 41.IANNT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 127.
- 42.IANNT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 160.
- 43.IANNT. Cartório jesuítico, maço 71, doc. n. 161, carta (2a. via).
- 44.O tratamento inadequado dos escravos ocupou a atenção dos padres gerais que receberam informação sobre os excessos que alguns religiosos praticavam na América espanhola. Os padres Vicente Carrafa e Miguel Angel Taburini escreveram aos padres responsáveis pelas unidades produtivas, condenando os procedimentos que muitas adotavam na punição de escravos, bem como as práticas de missionários que eram acusados de colocarem os índios das reduções em espaços pequenos e com pouca alimentação, acarretando a morte de alguns. Ver Nicholas Cushner, op. cit., p. 87.
- 45.IANNT. Cartório jesuítico, maço 70, n. 124, carta de 22 de maio de 1745 do padre Luís da Rocha para o padre Francisco Guerra.
- 46.IANNT. Cartório jesuítico, maço 54, doc. n. 51.
- 47.IANNT. Cartório jesuítico, maço 54, doc. n. 55.

48.No contexto espanhol, os jesuítas eram proibidos de aplicar castigos aos ameríndios, como podemos observar nas ordens fornecidas ao padre visitador Andrés de Rada, em 1663. Ver Nicholas Cushner, op. cit., p. 42.

49.IANNT. Cartório jesuítico, maço 70, doc. n. 104. Ver Stuart B. Schwartz, op. cit., p. 140.

A B S T R A C T

In his article the author exposes how the jesuits in the various properties of the Jesus Company regarded the slaves. The discourse of some religious tended toward the defense of the humanitarian treatment, following the christian precepts of charaty, not denying or questioning, however, the established system of slavery, assuming it as natural and necessary to the development of society. The practice proved that many of them did not pursue those precepts, making use of mecanisms of punishment and violence in their treatment of slaves.